ANTICAPITALISTA #3

MAI/JUN 2017 | REDEANTICAPITALISTA.NET

O que é uma pensão de reforma justa? ✪ Mulheres, precárias e feministas ✪ É o tempo e a hora do enraizamento: por um Bloco com mais força a nível local ✪ 1a Marcha Pelos Direitos LGBT em Vila Real ✪ Sessão de Esclarecimento em Lisboa sobre Processo de integração dos precários do Estado ✪ 100 dias de Trump e o imperialismo espectáculo ✪ Não Ganhou! Referendo na Turquia ✪ Imaginação estratégica e partido ✪ *Deus-dará*, de Alexandra Lucas Coelho

✪ Artigos de Ricardo Moreira, Patrícia Martins, Maria Manuel Rola, Pedro Lourenço, Susana Constante Pereira, João Camargo, Sinan Eden, Josep Maria Antentas, Ana Bárbara Pedrosa ✪

Anticapitalista #3 | Mai/Jun 2017

Em Rede

3 O que é uma pensão de reforma justa?
Ricardo Moreira

6 Mulheres, precárias e feministas
Patrícia Martins

8 É o tempo e a hora do enraizamento: por um Bloco com mais força a nível local
Maria Manuel Rola, Pedro Lourenço, Susana Constante Pereira

Vai acontecer

11 1ª Marcha Pelos Direitos LGBT em Vila Real e Sessão de Esclarecimento em Lisboa, Porto e Caldas da Rainha sobre o processo de integração dos precários do Estado

Sem Fronteiras

12 100 dias de Trump e o imperialismo espectáculo
João Camargo

18 Não Ganhou! Referendo na Turquia
Sinan Eden

Fundamentos

20 Imaginação estratégica e partido
Josep Maria Antentas

Outras Palavras

26 *Deus-dará,* de Alexandra Lucas Coelho
Ana Bárbara Pedrosa

redeanticapitalista.net
facebook.com/redeanticapitalista
info@redeanticapitalista.net

O que é uma pensão de reforma justa?

RICARDO MOREIRA*

Para podermos falar do que é uma reforma justa temos de dizer porque achamos que temos direito a uma reforma. A resposta a essa pergunta não é simples, é política e está no centro da disputa de hoje.

Nos últimos anos temos assistido a reformas sucessivas nos regimes de pensões que, com o argumento da sustentabilidade do sistema, têm reduzido o valor das pensões e aumentado a idade das reformas. É inevitável, dizem-nos.

A discussão é sempre centrada no como pagamos as pensões e, por isso, deixamos de pensar nos objetivos do sistema de pensões. Assim, antes de nos debruçarmos sobre o que deve ser uma pensão justa, devemos discutir para que serve a segurança social.

As políticas de segurança social servem para tratar de riscos sociais (tipicamente a doença, a maternidade, a invalidez, os acidentes de trabalho, o desemprego, a velhice, etc.). Numa palavra, as políticas de segurança social servem para garantir coletivamente a segurança económica de todos os membros da sociedade.

É uma ideia radical: somos todos responsáveis por todos.

Os mecanismos que montamos para assegurar essa garantia são os sistemas de segurança social e o seu desenho institucional é totalmente político. Quem decidimos ajudar e como preparamos os meios para ajudar, quem dizemos que queremos ajudar é sempre uma disputa política. Veja-se o caso do Rendimento Social de Inserção: uma prestação que vale menos de 2,5% das despesas totais da Segurança Social, tem uma enorme relevância mediática e os seus beneficiários são policiados pelo Estado.

A segurança social hoje está massificada em quase todos os países ocidentais, movimento que se deu mais pronunciadamente no pós-guerra. Mas a evolução destes sistemas, cuja semente são mecanismos tradicionais de proteção como o mutualismo, os seguros ou a assistência, aconteceu muitas vezes como forma de legitimar o Estado ou um novo regime. Em Portugal, por exemplo, só a Revolução dos Cravos permitiu a criação de um sistema de segurança social universal e isso legitimou o regime democrático.

Voltemos às pensões. Hoje o objetivo dos sistemas de pensões é garantir um rendimento de substituição dos rendimentos do trabalho aos reformados. A partir dos anos '70 do século passado o impulso na maioria dos países da Europa vai no sentido de aproximar o valor da pensão ao rendimento que o indivíduo tinha na sua atividade, para que as pessoas mantivessem o seu nível de vida. Mas nos últimos anos o movimento tem sido o contrário, acompanhando os argumentos de uma crise demográfica que iria aumentar muito as despesas e diminuir muito as receitas. Instituições internacionais como a OCDE, o FMI

e o Banco Mundial escreveram diagnósticos, criaram handbooks e ofereceram consultoria aos governos.

E o debate mudou: em vez de discutirmos o que queremos da segurança social e depois inventarmos os meios para financiar o que queremos, dizem-nos que não podemos querer nada porque não há como financiar. É inevitável.

Devemos então receber só o que descontámos?

Ou seja, ao longo da vida o trabalhador cede uma parte da riqueza que produz à guarda de outro e o outro devolve-lhe o que guardou no final do período. A filosofia deste modelo é de que cada trabalhador tem uma conta corrente junto de um terceiro a que só acede no final de um tempo pré-determinado. Nesse caso, a segurança social seria simplesmente uma conta, em que cada pessoa escolhia não consumir uma parte do seu rendimento no momento em que trabalhava, para depois o consumir, quando já não conseguisse ou não quisesse trabalhar. Mas há um problema grave: a incerteza. As pessoas podem não conseguir acumular rendimento suficiente ao longo da sua vida de trabalho para garantirem a sua subsistência durante toda a sua velhice, até porque não conseguem calcular quanto tempo vão viver depois de se reformarem e porque não conseguem prever se lhes vai acontecer algum problema ao longo da vida que os impeça de manter a atividade. A longevidade não permite sistemas puros de poupança.

NÃO TEMOS DIREITO A UMA PENSÃO PORQUE DESCONTÁMOS PARA ELA, MAS SIM PORQUE TEMOS DIREITO A TER RENDIMENTOS ATÉ AO FIM DA VIDA PORQUE CONTRIBUÍMOS, ENQUANTO TÍNHAMOS UMA ATIVIDADE, PARA O BEM COMUM COM O NOSSO TRABALHO.

Para dissolver este risco não bastaria uma conta pessoal, teria de haver um seguro, para dissolver o risco entre vários indivíduos e para isso não seria necessário o Estado. No entanto, uma seguradora ou um banco procuram o lucro e não a garantia do rendimento do seu cliente e, como se tem visto nos últimos anos, não há nenhuma segurança de que conseguissem manter o dinheiro seguro ao longo de décadas. Mais, a economia está sujeita a choques macroeconómicos que dificilmente um privado consegue absorver garantindo sempre o valor das pensões. De novo a incerteza e só uma solução: diversificar o risco numa lógica de seguro, mas ser o Estado a garantir o sistema. Só um Estado pode diminuir a incerteza, coletivizando o risco e forçando a poupança coerciva de todos os beneficiários.

Para além disso, só o Estado pelo desenho da atribuição das pensões pode usá-las como uma medida de combate à desigualdade, garantindo que quem mais ganhou enquanto trabalhava é contribuinte líquido de quem menos ganhou nos anos de atividade.

A gestão do sistema de segurança social pelo Estado é assim, mais eficiente, mais eficaz, com menos risco e mais justa.

Mas ainda não respondemos à questão inicial: temos reformas porque descontámos ou porque trabalhámos?

Defender que temos acesso à reforma porque descontámos é, de novo, cair no erro de ver a questão da segurança como um deve e um haver, uma questão financeira, e não sobre o direito ao trabalho.

Recordemos: defendemos o direito ao trabalho porque os produtores não têm, no sistema capitalista, acesso aos meios de produção e, logo, impor a justa distribuição do trabalho disponível é o que fortalece uma resistência coletiva ao capital. Do direito ao trabalho, resulta a reivindicação de pleno emprego, ou seja, de que o Estado deve ter políticas para garantir emprego a todos os que queiram trabalhar, e o direito a rendimentos do trabalho coletivo quando já não podemos trabalhar.

Assim, não temos direito a uma pensão porque descontámos para ela, mas sim porque temos direito a ter rendimentos até ao fim da vida porque contribuímos, enquanto tínhamos uma atividade, para o bem comum com o nosso trabalho.

Percebemos então que a cada corte no valor das pensões e a cada aumento da idade da reforma estamos a atacar os direitos do trabalho e a aumentar a exploração dos trabalhadores, porque têm de trabalhar mais anos e receber menos frutos do trabalho coletivo durante menos tempo.

Com esta ideia podemos mais facilmente perceber

o debate sobre a penalização das pensões antecipadas.

O nosso sistema de pensões foi reformado em 2000 e em 2007, sempre no sentido da diminuição do valor das reformas e do aumento do tempo de trabalho: passou a contar toda a carreira contributiva e inventou-se o fator de sustentabilidade, que altera automaticamente a idade da reforma quando aumenta a esperança média de vida.

Em 2014, PSD e CDS agravaram o fator de sustentabilidade e a idade de saída da vida ativa, criando uma dupla penalização para quem pretendia reformar-se antes da idade normal de reforma que crescia cada vez mais. De acordo com dados do atual governo, em 2014 o aumento da idade da reforma passou dos 65 para os 66 anos criando uma penalização de 6% nas novas pensões e o fator de sustentabilidade duplicou o corte que realizava de 5,43% para 12,34%.

O sistema de pensões ficou demasiado complexo, penalizando muito quem queria reformar-se antes dos 66 anos, desprotegendo as carreiras longas e dificultando a entrada de jovens no mercado laboral.

O governo do PS apresentou recentemente aos partidos da maioria e aos parceiros sociais um novo modelo de reformas antecipadas que permitiria aos trabalhadores com carreiras contributivas mais longas deixar de ter penalizações na pensão. Mas o âmbito da reforma é muito reduzido. Destina-se apenas a trabalhadores com mais 48 anos de descontos ou a quem tenha mais de 46 anos de descontos, mais de 60 anos e tenha começado a trabalhar antes dos 15 anos. Para além disso, quem tem 60 anos de idade, 40 anos de descontos e tenha começado a trabalhar antes dos 16 anos poderá ver a sua penalização reduzir-se. São passos no bom sentido, mas não chega. É certo que o Bloco vai bater-se por mais.

Mas um sistema de pensões justo era garantir que a sociedade através do Estado acerta contas com quem foi empurrado para o trabalho infantil e que há transparência no regime de pensões, para que todos saibam: reforma aos 40 anos de trabalho e contribuições ou aos 65 anos de idade, sem penalizações.

A CADA CORTE NO VALOR DAS PENSÕES E A CADA AUMENTO DA IDADE DA REFORMA ESTAMOS A ATACAR OS DIREITOS DO TRABALHO E A AUMENTAR A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES, PORQUE TÊM DE TRABALHAR MAIS ANOS E RECEBER MENOS FRUTOS DO TRABALHO COLETIVO DURANTE MENOS TEMPO.

Dir-nos-ão que não há recursos para fazer esta reforma, mas os recursos estão lá. A divisão da riqueza entre trabalho e capital está cada vez mais desigual no mundo ocidental (ver Global Wage Report 2016/2017 OIT) e em Portugal agravou-se muito para os trabalhadores nos últimos anos. Ou seja, o trabalho está a perder peso para o capital e, por isso, também nas questões da segurança social é preciso inverter o jogo e fazer uma reforma que taxe também os negócios de capital intensivo como forma de garantirmos recursos para as reformas dos trabalhadores.

Não é o debate contabilístico que interessa ter nas pensões, mas sim o debate sobre como cuidamos uns dos outros e sobre o direito ao trabalho. Se ganharmos esse debate, haverá sempre condições materiais para proteger a segurança social e as pensões.

*Engenheiro, Mestre em Economia e Políticas Públicas, Investigador em Trabalho e Segurança Social.

Mulheres, precárias e feministas

PATRÍCIA MARTINS *

No passado dia 21 de Janeiro de 2017, marchámos juntas e juntos num protesto internacional de reação à tomada de posse de Donald Trump nos Estados Unidos da América, exigindo igualdade, e levando às ruas uma campanha contra o assédio das mulheres no espaço público em Portugal. Movimentos feministas, anti-racistas, pela justiça climática, LGBTQ+, manifestaram-se um pouco por todo o mundo, contra as políticas misóginas, racistas, homofóbicas e transfóbicas: "Trump, Le Pen, Temer não passarão!".

A iniciativa nacional *Parar o Machismo| Construir a Igualdade* deu origem a esta importante mobilização, juntando em Braga, Porto, Coimbra e Lisboa mais

de 1500 pessoas. Somos uma rede de ativistas feministas de diversas associações, coletivos e organizações políticas e abraçamos o feminismo para as 99%. A nova onda feminista internacional coloca na frente de batalha a violência contra as mulheres, os direitos sociais e laborais, a imigração e a discriminação das mulheres lésbicas e trans.

Somos precárias; somos desempregadas de longa duração; vivemos com a pensão de sobrevivência; trabalhamos a falsos recibos verdes; fomos contratadas através de falsos estágios; recebemos por baixo da mesa; o nosso patrão já nos pediu favores sexuais em troca de um contrato de trabalho; fazemos o mesmo trabalho que o nosso colega mas ganhamos menos no final do mês; somos prostitutas e por isso não temos direito a licença de maternidade; somos chantageadas por não termos documentos; lavamos, limpamos, cosemos e cozemos, mudamos as fraldas, passamos a ferro e, ainda nos perguntam nas entrevistas de emprego "Está a pensar engravidar?!".

As mulheres continuam a debater-se com mais obstáculos no acesso às mesmas oportunidades e condições de trabalho comparativamente aos homens. As mais recentes estatísticas informam-nos que para a mesma função, as mulheres recebem em média menos 16,7% por mês do que os homens, ou seja, 61 dias de trabalho não remunerado por ano. Em Portugal, 30% das mulheres desempregadas não têm acesso ao subsídio de desemprego, e esta diferença é maior quanto menor for o grau de escolarização. São as mulheres o grupo que mais sofre assédio moral e sexual no emprego. Estas situações aumentam e são menos visíveis quando estamos perante vínculos laborais precários.

No último 1.º de maio, saímos às ruas do Porto para exigir igualdade salarial, o fim do assédio e a punição da discriminação. Para esta luta toda, a proposta feminista anticapitalista só pode ser a resposta consequente para um alargamento e radicalização da luta pelos direitos das mulheres. Não faltaremos à chamada.

*Técnica de intervenção comunitária, ativista feminista.

É o tempo e a hora do enraizamento: por um Bloco com mais força a nível local

MARIA MANUEL ROLA*, PEDRO LOURENÇO**, SUSANA CONSTANTE PEREIRA***

A fragilidade do enraizamento local do Bloco de Esquerda tem sido sistemática e consensualmente identificada como um dos principais obstáculos ao seu crescimento. Com uma intervenção autárquica condicionada pelos tímidos resultados obtidos ao longo de 18 anos de partido-movimento, a mudança continua sem se fazer sentir. Num panorama em que existe um claro acréscimo de confiança no Bloco e considerando a expectativa que daí deriva, estaria agora no momento de traduzir esta análise em prática alternativa, sendo grande a responsabilidade, tanto em face do atual ciclo autárquico, como pelos resultados obtidos nos últimos processos eleitorais.

Na procura da coerência com este cenário colocam-se questões prementes, cuja resposta determinará a forma como queremos fazer acontecer a nível local. Até que ponto temos trabalhado fora das sedes, com os e as ativistas das cidades, com as pessoas que nos contactam e batem à porta? Até que ponto temos tido capacidade de organização e de agitação? Até que ponto temos convertido expectativa em ativismo e fomentado uma insurgência geradora de movimento, a partir da abertura a todas e a todos que retiram do concreto das suas vidas a força para a luta?

UMA ABORDAGEM INSTITUCIONAL E PERSONIFICADA SÓ REFORÇA A NOSSA FRAGILIDADE E FALTA DE ENRAIZAMENTO, QUE NA REALIDADE DEVE SER FEITO POR ADERENTES E SIMPATIZANTES DO BLOCO, GENTE DE VERDADE QUE HABITA AS GEOGRAFIAS ONDE DEVEMOS CHEGAR E QUE É O MOTOR DAS LIGAÇÕES QUE QUEREMOS RESGATAR COM PESSOAS, COLETIVOS, CAUSAS E MOVIMENTOS, QUE SÃO AFINAL OS SEUS.

A nível nacional, a participação na marcha mundial das mulheres, as manifestações pelo encerramento de Almaraz, a dinamização das sessões com os precários do Estado e a sua crescente mobilização ou o envolvimento nas marchas do orgulho em várias cidades, são exemplos que demonstram como conseguimos participar em espaços de ativismo fora de portas institucionais. Espaços partilhados com ativistas que reconhecem o Bloco como força de intervenção capaz de se diluir e de se encontrar também em movimentos outros, extravasando o conforto das soluções de sempre, herméticas e moralistas. Mas o efetivo enraizamento pede bastante mais e é no preciso momento destas eleições autárquicas que devemos repensar a forma como nos construímos enquanto resposta política, à medida do concreto da vida das pessoas, em cada cidade e em cada lugar. Não o podemos não fazer, se temos a pretensão de nos apresentar como projeto político de alternativa ao estabelecido e vezes demais cristalizado.

Importa, para isto e desde já, olhar crítica e construtivamente para a maneira como desenvolvemos o nosso trabalho autárquico e como temos vindo a intervir a nível local. Como e com quem fazemos a democracia concreta, se envolvemos as pessoas, se cuidamos a sua participação nos projetos que temos para cada cidade, se esses projetos são construídos a par e em coletivo, se integram ideias diferentes com capacidade de criar as sínteses que são afinal a marca de sempre do Bloco de Esquerda. Procurar as mesmas soluções com os intervenientes de sempre, cingindo-nos a espaços de atuação cristalizados afasta-nos de uma visão e de uma forma de fazer política a nível local verdadeiramente coerente com o nosso discurso e ideologia.

Tal como acontece com o trabalho parlamentar, o trabalho autárquico é um palco por excelência para causas e protagonistas de uma esquerda urgente, com o acréscimo não só da oportunidade como do dever de estreitar canais de ligação ao concreto da vida das pessoas e potenciar as condições para o envolvimento de todas e de todos na construção política nas cidades.

É premente que a participação na intervenção autárquica do Bloco extravase a composição das listas às assembleias municipais e de freguesia, ou a natural finitude dos órgãos do partido. Uma abordagem institucional e personificada só reforça a nossa fragilidade e falta de enraizamento, que na realidade deve ser feito por aderentes e simpatizantes do Bloco, gente de verdade que habita as geografias onde devemos chegar e que é o motor das ligações que queremos resgatar com pessoas, coletivos, causas e movimentos, que são afinal os seus.

A intervenção política local, nos órgãos autárquicos e nos lugares onde vivemos, nas relações, vivências e mobilizações do dia-a-dia, naquilo que nos é próximo é, por natureza, um espaço onde o ativismo se manifesta em coletivo e de forma horizontal. É aqui que os e as aderentes, mais recentes e com história, podem

passar à ação, fazer das dores forças, combater as injustiças e politizar a vida. É neste âmbito que o risco de verem a sua militância vazia de experiência concreta se pode atenuar, conquanto seja promovida a sua participação e a esta seja atribuída relevância.

É esta natureza que requer uma forma diferente de fazer política, através da criação de grupos de trabalho onde se encontrem os e as eleitas, os e as aderentes, os e as dirigentes, os e as simpatizantes, os e as ativistas em prol de projetos autárquicos consistentes e alargados, condição necessária ao enraizamento que nos faz falta. O papel da Comissão Nacional Autárquica e das Coordenadoras Concelhias é preponderante, nomeadamente na inversão de uma tendência paternalista nas práticas ao nível da intervenção autárquica, no sentido da mobilização das pessoas, partindo de princípios como a responsabilidade, o envolvimento, a renovação, a coerência com o que defendemos, a transparência, a prestação de contas e o trabalho comum e horizontal, condições necessárias para a participação e para processos que se pretendem democráticos. E estes têm de, necessariamente, partir de dentro à procura do que poderá encontrar-se lá fora.

O poder local é um pilar fundamental da nossa democracia, tanto pela proximidade com as cidadãs, como pelas oportunidades de participação que permite. A experiência autárquica que temos demonstra que uma política de causas, estruturada e consistente, consegue ter impacto ao nível local e permite que as pessoas reconheçam que o Bloco pode, também aí, ser decisivo.

É com estes pressupostos por base, que devemos, nestas autárquicas de 2017, analisar a situação política concreta de cada contexto, identificar causas, mapear geografias sociais, envolver mais agentes locais, apresentar novos protagonistas, definir objetivos políticos coerentes e desenhar modelos alternativos de intervenção, tendo em conta experiências anteriores pautadas pela construção coletiva, pela abertura e pela insurgência que recentemente devolveu a força ao Bloco.

DEVEMOS IDENTIFICAR CAUSAS, MAPEAR GEOGRAFIAS SOCIAIS, ENVOLVER MAIS AGENTES LOCAIS, APRESENTAR NOVOS PROTAGONISTAS, DEFINIR OBJETIVOS POLÍTICOS COERENTES E DESENHAR MODELOS ALTERNATIVOS DE INTERVENÇÃO, TENDO EM CONTA EXPERIÊNCIAS ANTERIORES PAUTADAS PELA CONSTRUÇÃO COLETIVA, PELA ABERTURA E PELA INSURGÊNCIA QUE RECENTEMENTE DEVOLVEU A FORÇA AO BLOCO.

O Bloco, enquanto partido republicano e progressista, não deve nem pode repetir comportamentos que luta ativamente para modificar na sociedade. Não pode nem deve enclausurar-se, nem decidir candidaturas em salas fechadas e muito menos não se predispor a ir de encontro de quem consigo pode e quer dialogar. A fulanização, os 'dinossauros', a falta de envolvência de pessoas com menos experiência partidária, o afastamento de outras formas de construir a participação política e a sociedade, enfim, os traço s e os gestos que são para nós alvo evidente de censura não podem estar presentes na nossa ação nem estar subjacentes às nossas escolhas sobre quem somos e como queremos construir-nos politicamente. Porque todos os dias fazemos esta escolha, devemos estar todas e todos atentos e alerta, para que em cada bairro, em cada freguesia, em cada concelho, em cada região, não se perpetuem e se modifiquem de forma radical os dogmas bafientos da velha política.

É pois, agora com a nossa ação amplificada, chegada a hora e o tempo de envolvermos as pessoas neste trabalho político que se pretende mais politizado que regimental, legalista ou colegial. É hora e tempo de tornar tangível e concreta a intervenção autárquica do Bloco para todas e para todos. É hora e tempo de partilhar a experiência e de nos tornarmos relevantes em coletivo. É hora e tempo de traduzir ao nível local aquilo que o Bloco representa a nível nacional. Nestas autárquicas, tem mesmo que ser a hora de enraizamento.

*Designer gráfica, ativista contra a precariedade, dirigente nacional do Bloco de Esquerda.

**Farmacêutico. Mestrando em Ciência Política. Dirigente do Bloco de Esquerda do Porto.

***Profissional de Educação e Intervenção Social. Gestora Cooperativa. Dirigente do Bloco de Esquerda do Porto.

Sessões Esclarecimento Precários do Estado

Caldas da Rainha: 17 de Maio, 18h - Céu de Vidro, Parque D. Carlos I

Porto: 19 de Maio, 21h00 (local a confirmar)

Lisboa: 20 de Maio, 15h, - Pólo Morais Soares da Junta Freg. Penha de França

És precário do Estado? Sabes que está a decorrer um programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na administração pública? Queres ver a tua situação regularizada e não sabes como deves proceder? Vem participar das sessões de esclarecimento que a plataforma Precários do Estado está promover por todo o país. As sessões são abertas a todos os interessados. Se conheces precários do Estado, convida-os a participar também! Ninguém pode ficar para trás!
www.precariosdoestado.net

1ª Marcha Pelos Direitos LGBT em Vila Real 27 maio | 15h | Pç Diogo Cão

A 1ª Marcha Pelos Direitos LGBT | Vila Real acontece dia 27 de maio, neste mês onde celebramos o Dia Internacional Contra a Homo/Bi e Transfobia. Pela primeira vez na história, Vila Real sai à rua para celebrar o respeito, a liberdade e o amor entre as pessoas. A Marcha tem a sua concentração da Praça Diogo Cão, às 15H00, fazendo o seu percurso pelo centro histórico da cidade, terminando na Praça do Município.

100 dias de Trump e o imperialismo espectáculo

JOÃO CAMARGO*

Ao final de mais de três meses de mandato, o multimilionário eleito para presidente dos Estados Unidos apresenta uma política errática e inadaptada à histórica política imperialista seguida pelo país desde o século XIX, revelando a confusa recomposição que o capitalismo americano tenta fazer doméstica e internacionalmente.

No início de Novembro de 2016, Donald Trump foi eleito presidente dos EUA, com uma derrota no voto popular de quase 3 milhões de votos (Hillary Clinton obteve a nível nacional 65,8 milhões de votos, enquanto Trump obteve apenas 62,9 milhões), que não foi suficiente para impedir a sua vitória no Colégio Eleitoral, o verdadeiro fazedor de reis nos EUA, onde a vitória em estados-chave como Michigan, Florida, Pensilvânia e Wisconsin foi decisiva e a regra do winner-takes-all em cada Estado garantiu a sua vitória. Trump não era garantidamente o candidato do regime. A candidata democrata Hillary Clinton foi sempre a favorita da imprensa e do establishment: ex-primeira dama, ex-secretária da Estado, ex-Senadora, sempre foi uma importante figura na defesa da liberalização comercial extrema, da globalização selvagem e da intervenção externa violenta (Balcãs, Iraque, Afeganistão, Líbia, etc.). Clinton era a adversária ideal para Trump desempenhar o papel de outsider, anti-globalização, anti-político e quase anti-sistema.

A interferência no processo eleitoral quer por parte de agentes da justiça americana (o director do FBI James Comey anunciou uma investigação aos emails de Hillary Clinton na semana anterior à eleição), quer por parte de operativos russos continua a ser central na definição inicial daquilo que é a política de Donald Trump. O apoio aberto de Donald Trump a Vladimir

Foto Matt A.J./Flickr CC2.0 BY-NC

Putin, reiterado durante a campanha e após a eleição, assim como a reciprocidade declarada pelo presidente russo, tornaram-se uma questão chave na definição política do que seria uma presidência Trump interna e externamente, assim como da nova geografia imperial do mundo.

A proposta política da campanha Trump fez-se com elementos clássicos da degeneração capitalista na direcção de um autoritarismo pré-fascista: o proteccionismo económico avesso à ideia de cosmopolitismo (materializado na política racista, xenófoba e anti-migratória) mantendo a livre circulação de capitais enquanto crítica à globalização "destruidora de empregos", apoiando a subjugação de classe e o racismo institucional, desmantelando direitos sociais e roçando em vários momentos a ideia de um regresso ao relativo isolacionismo militar americano pré I Guerra Mundial. Um isolamento comercial, uma harmonização de relações com a Rússia de Putin e um afastamento da China e da União Europeia davam vários novos sinais. Hoje, Marine Le Pen em França segue a mesma linha de crítica à globalização defendendo a nação literalmente fechada, a nação branca e caucasiana como horizonte da recuperação económica do capitalismo, com apoio, tal como ocorreu com Trump, de alguns sectores da burguesia industrial e agrícola.

100 DIAS, PROMESSAS E ACTOS

Durante a campanha, Trump anunciou várias vezes o seu plano para os primeiros 100 dias:

- Acabar com o Obamacare: a primeira política de Saúde pública tendente à universalidade a existir nos Estados Unidos;

- Realizar uma reforma fiscal

- Começar a construir um muro para separar os Estados Unidos do México

- Começar um grande projecto de obras públicas e recuperação de infraestruturas

- Introduzir tarifas comerciais

- Declarar a China um manipulador cambial e impor restrições ao comércio entre os dois países

- Acabar com os padrões comuns de Educação no país

De todas estas reformas, Trump apenas conseguiu, no 99º dia da sua presidência, apresentar o seu plano (sem ter conseguido naturalmente aprová-lo) para uma reforma fiscal reduzindo os escalões, aumentando as deduções que os mais ricos podem fazer, abolindo o imposto sobre heranças e sobre investimento, e reduzindo o imposto sobre as grandes empresas de 35% para 15%. O impacto da aplicação desta proposta seria um aumento do défice entre 3 e 7 biliões de dólares na próxima década.

Apesar de não ter cumprido nenhuma das 7 promessas declaradas para os seus primeiros 100 dias, há muito que Donald Trump fez, através de um uso sem precedentes de ordens presidenciais executivas (ordens dadas directamente pelo presidente aos funcionários federais e agências do governo federal que têm força de lei). Num total de 33 ordens executivas, e afastando-se declaradamente de um Congresso dominado pelo Partido Republicano, Trump bateu nos seus primeiros 100 dias um número recorde de ordens que se mantinha desde Roosevelt durante a 2ª Guerra Mundial:

APESAR DE NÃO TER CUMPRIDO NENHUMA DAS 7 PROMESSAS DECLARADAS PARA OS SEUS PRIMEIROS 100 DIAS, HÁ MUITO QUE DONALD TRUMP FEZ, ATRAVÉS DE UM USO SEM PRECEDENTES DE ORDENS PRESIDENCIAIS EXECUTIVAS (ORDENS DADAS DIRECTAMENTE PELO PRESIDENTE AOS FUNCIONÁRIOS FEDERAIS E AGÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL QUE TÊM FORÇA DE LEI).

- Cortou fundos para contraceptivos de 27 milhões de pessoas, principalmente mulheres;

- Reduziu os critérios obrigatórios de segurança para companhias aéreas;

- Introduziu uma proibição por 90 dias da entrada de cidadãos muçulmanos nos Estados Unidos (sendo que a proibição por motivos de ordem religiosa era inconstitucional, Trump decidiu proibir a entrada de pessoas do Irão, Iraque, Síria, Líbia, Somália, Sudão e Iémen);

- Ordenou um ataque militar ao Iémen no décimo dia do seu mandato que provocou 29 mortos civis;

- Ordenou raides da imigração americana (ICE) que levaram à detenção de mais de 21 mil imigrantes (mas os números de deportados são inferiores aos números de Obama);

- Autorizou a construção do Dakota Access Pipeline, um oleoduto de 1900 km que atravessa territórios demarcados indígenas e reactivou a construção do oleoduto Keystone XL, que ligará o Canadá ao Golfo do México, cortando os Estados Unidos a meio (ambos projectos tinham originado um forte movimento social de oposição);

- Retirou os Estados Unidos da Parceria Transpacífica (TPP), e congelou as negociações com a União Europeia para o Tratado Transatlântico (TTIP);

- Ordenou a revisão do Acto Dodd-Frank, cujo objectivo era aumentar os controlos sobre Wall Street, sobre a actividade financeira e sobre os produtos derivativos;

- Em Fevereiro, acusou o Irão de ter atacado um navio de guerra americano, mas rapidamente foi revelado que o ataque tinha sido feito por rebeldes iemenitas e que o navio de guerra era saudita;

- No final de março, retirou regulações sobre limites de emissões de gases com efeito de estufa em instalações industriais e revogou a legislação sobre protecção e qualidade da água;

- Retirou as restrições que existiam para pessoas com problemas mentais poderem adquirir armas de fogo;

- Abriu os terrenos federais à exploração de carvão e retirou os limites de fugas de metano em poços de gás e petróleo;

- Passou a permitir que as empresas servidoras de internet pudessem passar a vender os históricos de buscas online dos seus clientes;

- Foi autorizado que os caçadores pudessem passar a caçar a partir de aviões e helicópteros, assim como que pudessem passar a matar lobos em tocas ou ursos em hibernação.

Um importante sinal mais geral dado para os próximos anos no entanto é a proposta de orçamento federal para 2018. Trump propôs cortes em basicamente todos os gastos do Governo Federal:

- Um corte de 31% na Agência de Protecção Ambiental (uma redução de 2,6 mil milhões USD);

- Um corte de 29% nos programas de apoio aos Estados (menos 10,9 mil milhões USD);

- Um corte de 21% no Departamento de Agricultura (menos 4,7 mil milhões USD);

- Um corte de 21% no Departamento do Trabalho (menos 2,5 mil milhões USD);

- Um corte de 20% no Departamento de Justiça (menos 4 mil milhões USD);

- Um corte de 16% no Departamento da Saúde (menos 12,6 mil milhões USD);

- Um corte de 14% no Departamento de Educação (menos 9,2 mil milhões USD);

- Um corte de 12% no Departamento de Habitação (menos 4,3 mil milhões USD).

Em contrapartida, Trump propôs um aumento de 6% no orçamento para o apoio aos veteranos (equivalentes a mais 4,4 mil milhões de dólares), 7% na Segurança Interna (equivalente a mais 2,8 mil milhões de dólares) e, obviamente no Departamento de Defesa, que com um aumento de 10%, equivalente a mais 52,3 mil milhões de dólares, isto é, aumentado o orçamento em 2018 os militares para 574 mil milhões de dólares. Do primeiro orçamento Trump, os militares receberão mais 125 milhões de dólares do que todo o resto do governo em conjunto. O mandato Obama caracterizou-se por um importante aumento do orçamento militar até 2011 (ultrapassando nessa altura o valor proposto por Trump em quase 200 mil milhões de dólares) seguido de um declínio até 2017.

No início de Abril, após um ataque químico em Khan Sheikoun atribuído a Bashar al-Assad, Donald Trump ordenou um bombardeamento com 59 mísseis Tomahawk, da base aérea de Shayrat, perto de Homs, controlada pelo governo sírio. 15 militares terão morrido no ataque, que foi ordenado por Donald Trump sem qualquer comunicação com as Nações Unidas ou participação da NATO. Poucos dias depois o governo americano anunciava o lançamento da "Mãe de Todas as Bombas", a mais poderosa arma não-nuclear do exército americano, utilizada no Afeganistão supostamente para atacar uma rede de túneis e esconderijos subterrâneos do Estado Islâmico, com relatos da morte de 90 combatentes. Desde a tomada de posse de Trump, a Coreia de Norte realizou uma série de testes de mísseis, com o governo dos EUA a enviar várias figuras do Estado à Coreia do Sul, no que levaria a uma escalada de palavras e à intervenção chinesa, primeiro impondo um embargo à importação de carvão da Coreia do Norte e mais parte tentando intermediar directamente entre Trump e Kim Jon-Un, que se ameaçavam reciprocamente com a obliteração nuclear. Além do secretário da Defesa James Mattis, Trump enviou à região Rex Tillerson, o secretário de Estado e o próprio vice-Presidente Mike Pence.

OS MERCADOS E OS AMERICANOS

No período eleitoral, os "mercados" reagiram à nomeação de Trump como candidato republicano e à sua ascensão nas sondagens com quedas, mas assim que o resultado eleitoral se consolidou, os mercados dispararam, com o Nasdaq a atingir a maior subida desde 2011. Nos primeiros 100 dias de Trump, o Dow Jones Industrial subiu 6,12%, o index Standard & Poor 500 subiu 5,32% e o Nasdaq 16,45%. Segundo o Marketwatch, Trump é o 5º presidente com a maior subida de cotações nas empresas do Standard and Poor 500, atrás somente de Franklin Roosevelt, John F. Kennedy, George Bush pai e Barack Obama.

A evolução do dólar no entanto foi mais errática, com quedas durante os primeiros dias, regresso à valorização quando Trump começou a desmantelar a regulação financeira, nova queda quando não conseguiu aprovar o Trumpcare para substituir o Obamacare na Saúde (impedindo que mais de 20 milhões de estadunidenses pobres ficassem sem qualquer cobertura médica) e nova subida quando o Reino Unido activou o artigo 50 do Tratado da União Europeia para efectivar o Brexit. Hoje, o dólar está abaixo do dia de tomada de posse de Trump, mas acima de quando venceu a eleição.

Aos 100 dias de mandato, Donald Trump tem a mais baixa taxa de aprovação de qualquer presidente dos EUA (há registos desde Eisenhower nos anos 50), de apenas 40%, com 54% dos americanos a desaprovarem a acção de Trump. 40% concordam com a sua política externa, 44% aprovam as suas medidas económicas e só 25% consideram-no credível. Em contraponto, 62% apoiam a iniciativa de Trump de bombardear a Síria em resposta ao ataque químico (88% dos republicanos, 43% dos democratas e 58% dos independentes declararam apoiar o ataque).

BOMBAS EM CIMA DE UM NOVO WATERGATE

Desde o primeiro dia da sua presidência que Donald Trump é ensombrado pela presença da Rússia. As suas nomeações políticas, próximas do poder oleogárquico russo, desde Rex Tillerson, saído de CEO da Exxon-Mobil para a secretaria de Estado, até Michael Flynn, seu conselheiro de Segurança Nacional, passando por vários membros da sua equipa eleitoral

como Paul Manafort e Carter Page, foram paulatinamente expostas e as ligações tornaram-se numa questão política com o potencial de tornar-se um novo Watergate. O próprio Trump, que em vários momentos negou ter ligações com Putin e interesses russos, foi rapidamente desmentido.

Um processo de investigação à intervenção do governo russo e de hackers russos no processo eleitoral americano foi desencadeado, com James Comey, presidente do FBI, a assumir que vários membros do staff eleitoral de Donald Trump estão a ser investigados por conluio com agentes do governo russo para adulterar as eleições dos EUA. Michael Flynn, o conselheiro de Segurança Nacional de Trump, demitiu-se a meio de Fevereiro depois de ser revelado que tinha estado em negociações com o embaixador russo nos EUA, Sergey Kislyak, para levantar as sanções americanas contra a Rússia, antes de Trump ter tomado posse. Kislyak ter-se-á reunido com vários membros da campanha de Trump antes das eleições e antes da tomada de posse, nomeadamente J.D.Gordon, Carter Page, Jeff Sessions (o Procurador-Geral da República nomeado por Trump) e Jared Kushner, o genro. Entretanto, tanto no Senado como no Congresso iniciaram-se investigações à relação de Donald Trump e da sua equipa eleitoral com o governo russo. No Congresso, a comissão de investigação era liderada pelo congressista Devin Nunes, grande apoiante de Trump, que no início de Abril se demitiu após ser revelado que passara informação confidencial ao presidente e não aos restantes membros da comissão. Poucos dias antes, o Procurador-Geral Jeff Sessions tinha anunciado que não participaria na investigação do FBI à intervenção russa nas eleições, depois de serem revelados dois encontros secretos entre Sessions e o embaixador russo (algo que o mesmo havia negado na sua audiência de confirmação no Senado, semanas antes). Michael Flynn anunciou entretanto que só testemunharia no Congresso e no Senado ser recebesse imunidade judicial.

Dois dias depois, Trump lançava 59 Tomahawks sobre uma base aérea do governo de al-Assad, desviando durante as semanas seguintes todas as conversas para longe da Rússia e para perto do relógio do fim do mundo, agudizando o seu discurso sobre a Coreia do Norte e lançando a "mãe de todas as bombas" no Afeganistão. A conveniência do timing do ataque com gás sarin em Khan Sheikoun, repetindo outro ataque também imputado pelos EUA a Bashar al-Assad em 2013 em Ghouta na Síria (as Nações Unidas não chegaram a uma conclusão sobre a autoria) é surpreendente. A ligação entre a Síria e a Rússia tornou esta acção ainda mais útil para Trump, criando uma clivagem (real ou fabricada) com aquele que era até então o seu maior aliado internacional, Vladimir Putin, e exactamente aquele com quem era acusado de ter conspirado para perverter as eleições. Como foi possível ver, quer pelas sondagens, quer pela imprensa dos EUA, atacar a Síria foi a iniciativa mais popular de Donald Trump desde a tomada de posse.

IMPERIALISMO ALINHADO OU IMPERIALISMOS ALINHADOS?

Apesar da inequívoca dimensão tragicómica do início da presidência de Donald Trump, da política espectáculo do twitter e das intervenções irascíveis do multimilionário, o seu desalinhamento é muito oscilante. As derrotas judiciais, com a proibição da entrada de muçulmanos quebrada duas vezes em tribunal, foram-se somando às derrotas políticas como a incapacidade de derrubar o sistema de Saúde criado por Obama e de avançar com a construção do seu muro com o México (e mais ainda de fazer o México pagar), e às derrotas públicas, nomeadamente a percepção da ignorância sobre temas-chave, os interesses financeiros da família Trump, o nepotismo e a desconfiança acerca da inequívoca relação russa. O neofascista Steve Bannon, que mobilizou a extrema-direita atrás de Trump sob a bandeira da Alt-Right e através da agência de comunicação Breitbart News, perdeu o seu lugar de conselheiro principal de Trump para Jared Kushner, o seu genro. O sistema exige um realinhamento. A inaptidão do outsider é demasiado patente e só na véspera dos 100 dias Trump conseguiu evitar o encerramento do governo, com um Congresso dominado pelos republicanos mas que não consegue aprovar um orçamento de 1 bilião de dólares para manter o governo a funcionar até Setembro. Trump não consegue convencer o Congresso a dar dinheiro para pagar o muro.

A imprensa, tão atacada por Trump, atropela-se para perdoá-lo, e cada vez que Trump fala e não parece um psicopata, desde a CNN à MSNBC multiplicam-se os louvores sobre a sua presidencialidade. A ascensão de Ivanka Trump, sua filha, e de Jared Kushner, o seu genro, dentro da Casa Branca, longe de levantar acusações de nepotismo e conflitos de interesses, levanta entre a imprensa mainstream a esperança de que os mesmos venham a ser a voz da moderação e que a sua promoção seja um sinal da capacidade de liderança do multimilionário.

Trump gere as relações externas do país à velocidade do twitter, a sua primeira arma. Depois da intensificação das ofensas, dissipa a tensão com a Coreia do Norte (Trump assume agora que seria uma "honra" encontrar-se com Kim Jong-Un), a intervenção militar na Síria não tem sequência (desde o bombardeamento no início de Abril não houve mais intervenções nem declarações sobre o país). Quando se reduz a tensão

interna, ressurge o Trump outsider. Com os tratados comerciais TPP e TTIP rasgados, a política de Trump fortalece a Rússia e eventualmente a China (o Tratado Transpacífico estabelecia um cordão sanitário comercial à volta da China) e também aposta num declínio do capitalismo europeu, com o apoio de Trump e Putin a Le Pen nas eleições francesas a darem o sinal do interesse russo e americano num colapso caótico da União Europeia (a aproximação de Viktor Órban a Putin é novidade relevante neste capítulo). O volte-face com a NATO, que passou de "obsoleta" a "imprescindível" pode não passar de tweet oral. Perante a dificuldade política de se aproximar visivelmente da Rússia, a aproximação de Trump à China é notória, com a visita de Xi Jinping aos EUA e a desistência da imposição de tarifas, a mediação com a Coreia do Norte e com o contacto com o presidente das Filipinas, o assassino Duterte, que vai receber na Casa Branca. Mas esta política internacional demasiado errática tem de ser compensada, já que partes importantes do capitalismo americano olham com extrema desconfiança para o isolacionismo (real ou percepcionado), para o colapso do "ocidente", para um novo arranjo multi-imperial autoritário ou para qualquer abandono do domínio absoluto das armas pelo "polícia do mundo".

À política fiscal pro-finança, à política ambiental pró-hidrocarbonetos e de agravamento das alterações climáticas junta-se uma política social de perseguição racial, desmantelamento e empobrecimento generalizado, agora não sob a égide da competitividade, mas sob o mito da excepcionalidade americana branca e olhando para uma nova configuração global capitalista. A burguesia financeira e industrial americana é assim seduzida para o trumpismo económico interno. Mas pode esta burguesia aceitar a cedência ao multi-imperialismo? Ou mesmo aí o que interessa é a vertente de espectáculo imperialista? Para manter a sua personagem, possivelmente Trump voltará à intervenção imperialista localizada, à guerra de subversão e manipulação política e à implantação de regimes fantoche, já que as intervenções militares em grande escala se revelaram em tantos aspectos catastróficas até para os EUA.

O capitalismo global adaptar-se-á à ideia de apoiar proteccionismo económico de bens e pessoas, desde que esteja garantida a livre circulação de capitais? Tudo indica que, perante a crise financeira, sim. Os estados imperialistas precisam garantir as condições favoráveis para a acumulação de capital, mas a financeirização das economias em determinados momentos permite desligar o capital global do estado imperialista. Trump lidera o braço armado do imperialismo global. Permitirá a afirmação da China no Leste Asiático e da Rússia na Europa de Leste e no Médio Oriente? Estará disponível para ficar apenas com o papel de tropa de choque de uma coligação de três (ou mais) imperialismos?

Trump descobriu cedo no seu mandato que para contrapor aos seus gigantescos problemas em casa tem uma reserva estratégica de legitimidade através da intervenção externa militar que reafirma os Estados Unidos na dominação imperial do mundo. Apesar da ascensão de vários poderes imperialistas, o fim do domínio imperialista americano, real ou percepcionado, não chegou ainda. Enquanto projecto político, Trump precisa do imperialismo não só enquanto dominação, mas principalmente enquanto espectáculo, para se manter à tona de água.

Em desenvolvimentos de última hora, Trump conseguiu aprovar na Casa dos Representantes o desmantelamento do Obamacare e, na sequência, despediu o director do FBI, James Comey. Esta última acção, despedindo o principal responsável pela investigação sobre as ligações Trump-Rússia depois de Comey ter confirmado em audiência no Congresso que estão em formação dois "Grandes Júris" para avançar para processos judiciais, fez disparar todos os alarmes "Watergate". Esta acção é um paralelo amplificado do episódio em que Richard Nixon despediu Archibald Cox, à altura o principal responsável pela investigação da espionagem da campanha republicana à campanha democrata nas presidenciais, e que levaria finalmente à demissão do presidente republicano. No dia seguinte ao despedimento, o presidente reuniu-se com o embaixador Kysliak e com o ministro dos Negócios Sergei Lavrov. A imprensa americana foi proibida de entrar, mas a russa teve acesso à Sala Oval. Provavelmente Trump já estará a equacionar uma nova acção de agressão externa, mas o cerco aperta.

Neste cenário, regional e mundial, o que pode a esquerda anti-capitalista fazer? Não há hoje nenhum bloco regional ou potência emergente que não seja imperialista. A urgência de um movimento anti-guerra e anti-imperialista, não geograficamente definido mas implantando internacionalmente, recusando quer nacionalismos quer alinhamentos com os diferentes imperialismos, que não caia nos mesmos erros do movimento internacionalista pré-1ª Guerra Mundial, é evidente.

*Engenheiro agrónomo e engenheiro do ambiente, investigador em alterações climáticas. Dirigente da Associação de Combate à Precariedade - Precários Inflexíveis e ativista pela justiça climática no movimento Climáximo. Dirigente do Bloco de Esquerda.

Não Ganhou! Referendo na Turquia

SINAN EDEN*

Como é que se faz uma campanha política?

Podem ser eleições, pode ser referendo, pode ser até o orçamento participativo.

Tentamos convencer as pessoas para votar assim ou assado. Às vezes não conseguimos convencê-las a votar na nossa proposta, falhamos, tiramos lições desta experiência, a luta continua. (Às vezes, nem conseguimos convencer as pessoas para votar, pronto.) E às vezes ganhamos.

Não é?

Não é.

As últimas três votações na Turquia mostraram que se pode convencer as pessoas a votar, a fazer campanhas, a oferecerem-se para acompanhar a votação e as contagens durante o dia todo, a ir ao Conselho Eleitoral entregar os relatórios das contagens de votos, a criar entidades independentes para monitorizar o processo tudo, e se pode perder na mesma.

2014: Eleições autárquicas. Ganhámos o voto popular em Ancara, em Istambul, em Esmirna. Durante as contagens, aconteceram cortes de luz em 40 distritos, com milhares de relatórios de fraude. (Ver a foto das pessoas a segurar os votos.) O Conselho Eleitoral rejeitou as objeções. O AKP ganhou em Istambul e em Ancara.

In Agri, o partido curdo (na altura, BDP) ganhou com uma pequena margem. AKP objeta. O Conselho Eleitoral aceita a objeção, repete-se a contagem. BDP ganha. AKP objeta de novo. O Conselho aceita. Conta-se de novo. BDP ganha. AKP objeta de novo. O Conselho aceita. BDP ganha... Isto ocorreu quinze vezes! Recontaram os votos quinze vezes! No final, o Conselho Eleitoral cancelou as eleições e marcou novas eleições neste distrito.

Junho 2015: Eleições legislativas. Ganhámos. O HDP entra para o parlamento, ultrapassando os 10% ao nível nacional, que é por lei o mínimo para ter representação parlamentar. AKP fica com menos de metade das cadeiras. Tayyip Erdogan toma a iniciativa de formar um governo. Entretanto começam os atentados. Há quem que se lembre que naquela altura tivemos um atentado por mês, durante 18 meses, sem pausas. O AKP não consegue formar governo. Os outros partidos começam a negociar alternativas. Mas o Tayyip não permite esta opção. Repetem-se as eleições. Novembro. Depois de quatro meses de terror, o AKP atrai os votos nacionalistas e ganha maioria.

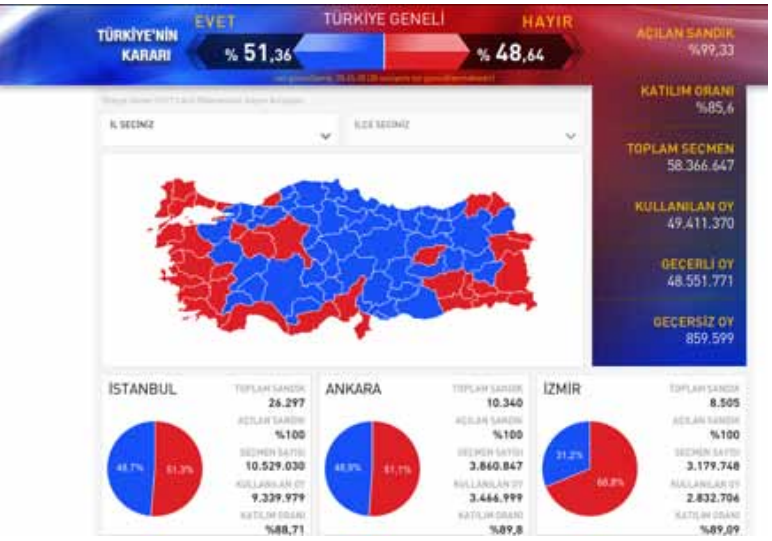
Julho de 2016: Uma tentativa do golpe de estado falha. Tayyip declara o estado de emergência. Dezenas de milhares pessoas são despedidas dos seus empregos. "A propósito", tira-se a imunidade jurídica dos deputados do HDP (e só do HDP). Os lideres são detidos e imediatamente presos.

2017: Referendo sobre alterações constitucionais que mudam o sistema governamental. Com o novo sistema, todos os poderes estão centralizados no Presidente e ele pode ser partidário. As eleições presidenciais e legislativas são ao mesmo tempo (ou seja, a opinião pública dum certo momento determina o Presidente e a composição da AR). Ele pode simplesmente repetir as eleições. Ele escolhe os ministros e o vice-presidente, sem aprovação no parlamento. O Supremo Conselho dos Juízes e Procuradores será nomeado pela AR e pelo Presidente (este conselho é determinado a cada quatro anos pelos eleitos). Ou seja, o Presidente determina o governo (a administração), determina as candidaturas dos deputados (legislação) e determina o conselho dos juízes e procuradores (o poder judicial).

Abril 2017: Referendo. O "Não" tem um movimento de base. O "Sim" tem todo o Estado e a comunica-

ção social. Dia 16: Mais de 85% dos eleitores votam.

Durante as contagens dos votos no estrangeiro, o Conselho Eleitoral anula vários votos por não terem o selo oficial (pelo pedido do AKP). Depois, durante as contagens na Turquia, o mesmo Conselho faz uma decisão abertamente ilegal (também pelo pedido do AKP) de validar os votos sem o selo. Esta decisão apressada torna impossível detetar fraudes e erros. De acordo com a deputada austríaca Alev Korun (observadora internacional), 2.5 milhões de votos inválidos foram validados durante as contagens. De acordo com o HDP há uma diferença de 3 a 4 pontos entre os resultados declarados e os dados do próprio partido.



A comunicação social abre com a vitória do Sim (63%) e, durante a noite, este valor começa a reduzir-se. As televisões declaram 96% das urnas contadas e o Sim com 51%, enquanto o site oficial do Conselho Eleitoral declara 70% das urnas contadas e o Não com 51%. Nesse preciso momento, o Primeiro Ministro e o Presidente Tayyip Erdogan declaram vitória e fazem comícios.

Pelas 23h do mesmo dia, já livres de entregar os relatórios, milhares saiam às ruas espontaneamente para dizer "Ele não ganhou. O Não ganhou." As manifestações continuam até 1h. Ainda mais manifestações acontecem no dia 18 de abril, no dia 19, e 20.

Com os crimes que cometeu, Tayyip Erdogan só tem duas opções: continuar sempre a ganhar, ou ir preso para o resto da sua vida. Como qualquer outro fascista, ele nunca deixará o seu cargo voluntariamente. Por isso, nunca deixará a iniciativa a outros. Por isso, não haverá transição suave para democracia na Turquia, o que tem enormes implicações sobre a Síria, sobre os refugiados, sobre o Curdistão, sobre liberdades básicas, sobre o estado de lei.

Food for thought:

- Qual é a relevância duma lei ou de uma constituição se não houver uma força política que obriga as pessoas a cumpri-la?

- Na Trumpização/Putinização/Tayyipização universalizada, em vez de seguir a agenda deles e sempre estar na defesa/resistência, como tomar a iniciativa política?

- Quando o business-as-usual já é mais do que suficientemente catastrófico (ver: alterações climáticas), como lutar contra o menos mau?

* Nasceu 1986 em Istambul, viveu em Esmirna, esteve envolvido em movimentos ecologistas e estudantis na Turquia. Vive em Lisboa há mais de 5 anos. Activista do Climáximo, Sambação, Gaia e Vozes Alternativas da Turquia. É doutorado em matemática.

Imaginação estratégica e partido

JOSEP MARIA ANTENTAS*

Partido-movimento. Depois de décadas de crise das forças políticas de esquerda e de refúgio ativista nos movimentos sociais, o atual renascimento do combate político eleitoral e de novas ferramentas políticas acontece sob o signo da necessidade de repensar e renovar a própria noção de partido. Fruto de um longo declínio da esquerda política desde finais dos anos 70, a (desigual) crise dos partidos foi de conteúdo (programa), forma (organização) e prática. Em síntese, uma crise de projeto, sentido e estratégia. Precisamente, o ressurgimento da eterna "questão do partido" esconde uma discussão mais ampla sobre a estratégia política, a natureza da luta e a relação entre o político e o social.

A noção de partido-movimento resume bem a vocação de empreender uma renovação movimentista do partido, com uma certa analogia com o conceito de sindicalismo movimentista (*social movement unionism*) desenvolvido no mundo algo-saxão com relação aos sindicatos. Utilizado em âmbitos acadêmicos por Kitshelt (2006) para referir-se aos partidos antiautoritários e verdes surgidos nos anos 80 em vários países europeus, o termo pode ser formulado em um sentido mais amplo. Aplicado ao debate no Podemos, mostra a pretensão de continuidade político-simbólica entre um movimento de contestação global como o 15M e o Podemos, em um cenário de crise de legitimação do conjunto do sistema político do Estado Espanhol, que põe sobre a mesa a necessidade de desenvolver, em termos gramscianos, um projeto contra-hegemônico e não meramente uma expressão política alternativa.

Nesse contexto, um partido-movimento tem vários significados simultâneos: partido *como* um movimento (traços movimentistas), *em* movimento (orientado para a ação e em contínua transformação), *parte do* movimento (integrante das lutas sociais e de um quadro social mais amplo) e *devedor* do movimento (inspirado em um acontecimento político fundacional, o 15M). A *dividocracia movimentista* pressupõe um partido que deve ao movimento (e ao acontecimento), a fidelidade que implica pensar para além de si mesmo e de seus próprios limites para alcançar todas as suas possibilidades, o que exclui tanto sua santificação beata como sua instrumentalização grosseira com fins eleitorais.

Ainda que os movimentos (na realidade, as organizações) sociais reproduzam muito dos problemas comummente associados aos partidos, a proclamação de uma pretensão movimentista é uma tentativa de ir além da política partidária convencional e, ao mesmo tempo, localizar-se como um começo em uma perspectiva, reformulando a clássica fórmula de Draper (1966), de mudança a partir de baixo.

Partido-estrategista. Um partido orientado para uma política de emancipação deve conceber-se como um "partido-estrategista", retomando o termo de Daniel Bensaid (2010). Um partido-movimento-estrategista. Abordar a realidade estrategicamente é pré-condição para a vitória, ainda que não a garanta.

Planificar uma estratégia não significa que essa seja correta, ou que seja útil para avançar na causa da emancipação. Não garante sua implementação tática de forma acertada ou uma correlação de forças que permita a vitória. Mas pensar estrategicamente é o primeiro passo. "Não há vitória sem estratégia", recorda outra vez Bensaid (2004: p.463).

A percepção estratégica do mundo é, portanto, um ponto de partida que não assegura a chegada ao destino, mas pelo menos o início da orientação. Isso se faz atuando com base em uma hipótese de trabalho, como rotas provisórias para a ação política que terão que ser contrastadas e passar pela prova de uma prática nunca definitiva. Na era do GPS, é preciso, então, reconhecer que na estratégia política navegamos ainda com o astrolábio. A *política do astrolábio* assume que a luta política não funciona nem com certezas imaginárias nem com improvisações sem fundamento, mas sim tentando aproximações tão rigorosas quanto flexíveis a uma realidade em constante transformação cuja complexidade escapa a uma compreensão perfeita. A incerteza do resultado da própria ação forma, assim, parte intrínseca de toda a abordagem estratégica. "Na luta revolucionária não se adiantam garantias", alertava Trotsky em 1934 escrevendo sobre a França.

A culminação de todo pensamento estratégico é desenvolver o que batizamos como *imaginação estratégica,* fazendo em certo sentido eco da conhecida "imaginação sociológica" de Wright Mills (1999[1959]). Definida como "a vívida consciência da relação entre a experiência e o conjunto da sociedade", a imaginação sociológica requer, então, um olhar aberto para a sociedade. A imaginação estratégica necessita de uma mentalidade semelhante. Supõe a atitude e qualidade de pensar estrategicamente desde um ponto de vista auto-reflexivo, permanentemente inovador, e com uma indomável e insaciável vontade de busca de possibilidades inéditas para transformar o mundo. Assim concebida, a estratégia da revolução é também uma revolução da estratégia. Leva consigo uma perspectiva espaço-temporal ampla, ao mesmo tempo histórica e geográfica, na qual tirar as lições pertinentes das experiências, fracassadas ou exitosas, passadas e contemporâneas, é sempre uma base fundamental na aprendizagem estratégica e na ampliação das fronteiras da imaginação. Com isso, curto e longo prazo, e experiência concreta e conhecimento comparado, se entrelaçam.

Estratégia integral. Uma força política deve operar em múltiplas dimensões, tantas como a própria vida social. Mudar o mundo requer um "trabalho cotidiano em todos os terrenos", retomando uma expressão de Lênin (1920). Nenhum aspecto pode ficar descuidado. Todos os detalhes importam. Todos os flancos têm a necessidade de não deixar nenhum ponto cego estratégico que faça aflorar vulnerabilidades imprevistas e lentidão de reflexos.

Um projeto emancipatório requer fundamentalmente o que denominaremos de *estratégia integral*, por analogia ao conceito gramsciano de estado integral, que Gramsci (2009, pp.325 e 214) sintetizou nas fórmulas "Estado (no sentido integral: ditadura mais hegemonia)" e "Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia couraçada de coerção". Não é lugar aqui para discutir as virtudes e os problemas da concepção gramsciana do Estado e nem as controvérsias interpretativas de sua obra. Simplesmente convém recordar, seguindo Thomas (2010, p.137), que com a concepção de Estado integral Gramsci buscava analisar "a interpenetração e o mútuo reforço da 'sociedade política' e da 'sociedade civil' (que se distinguem uma da outra metodológica e não organicamente) dentro de uma forma de estado unificada (e indivisível)". O Estado integral, então, designa "uma unidade dialética dos momentos da sociedade civil e da sociedade política". Utilizando a imaginação estratégica podemos vislumbrar uma estratégia integral na qual é preciso operar em vários níveis e manejar uma dialética da "sociedade civil" e da "sociedade política", na qual se combate em todos os terrenos nos marcos de uma estratégia unificada e indivisível.

Ritmos variáveis do tempo e escala móvel dos espaços. Toda estratégia integral tem o desafio de governar pertinentemente o tempo e o espaço. Duas variáveis nas quais opera inevitavelmente qualquer política e que são permanentemente redefinidas pela lógica do desenvolvimento capitalista (Harvey, 1996).

A atividade política, como todo processo social, não tem um caráter linear. Desenvolver-se estrategicamente implica compreender o que podemos chamar de *ritmos variáveis do tempo*. O tempo político é um "tempo partido", e "cheio de nós e tripas, de acelerações repentinas e de freios penosos, de saltos adiante e de saltos para trás, de síncopes e de contratempos", nos termos de Bensaid (2008, p.274). Saber mudar o ritmo permanentemente se converte então na chave de uma boa abordagem estratégica e de uma boa execução tática. Nem *sprint*s de curto prazo, nem uma maratona de ritmo fixo, o combate político parece mais com uma corrida de *cross-country*, sobre um terreno irregular cheio de desníveis, barro e poças, que obriga a constantes mudanças de ritmo unidas a uma boa capacidade de resistência, nas quais curto,

médio e longo prazo estão permanentemente sobrepostos. Daí a metáfora bensaidiana do partido como "caixa de velocidades" (Bensaid, 2010, p.158).

Como forma de atalhos através do espaço e do tempo, as crises abrem buracos de minhoca que permitem chegar onde antes parecia impossível. Todo partido (ou organização) se não compreende a natureza de uma situação de crise corre o risco de entrar num processo de rotinização estratégica que, quando os desajustes entre sua teoria e prática e as mudanças bruscas do mundo real se amplificam sem remédio, devém numa verdadeira zumbificação estratégica. *Business as usual ad mortem*. As crises trazem consigo uma crise de estratégia e a necessidade de uma estratégia de crise. Ler as mutações bruscas da situação para revolucioná-la e desestabilizar o adversário é, em tempos de crise, um elemento fundamental. Isso é precisamente no que consistiu o lançamento do Podemos que, como um relâmpago, "a imagem dialética" por antonomásia segundo Benjamin (2013, p.762), sacudiu o panorama político do Estado Espanhol. O próprio Benjamin (2016, p.764) captava bem a combinação entre crise e temporalidade partida quando escrevia: "A catástrofe: o fato de haver desperdiçado a ocasião".

A ARTICULAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE O POLÍTICO O SOCIAL NECESSITA UMA BOA COMPREENSÃO DA NATUREZA DO ESTADO PARA PODER DEFINIR UMA RELAÇÃO COM ESTE, EM PARTICULAR EM SEU SENTIDO RESTRITO DE EMARANHADO INSTITUCIONAL, QUE EVITE O GRANDE PROBLEMA DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO SÉCULO PASSADO E NO PRESENTE: A SUA INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL.

O manejo do espaço é a outra vertente de toda estratégia política, ainda que, como demarca Harvey (1989), por vezes tenda a ficar esquecido como reflexo das próprias práticas sociais que conduziram à subalternização com relação ao tempo. Verdadeiro desafio, o espaço se mostrou sempre escorregadiço para o movimento operário e os movimentos populares, sempre mais confortáveis, de novo nos indica Harvey (2003), no controle do lugar e não do espaço. O conceito de *escala móvel dos espaços,* desenvolvido por Bensaid (2009), afronta estrategicamente a multiplicidade de níveis de escalas do espaço político nos tempos do capitalismo global. "Exercitar-se numa academia estratégica que permita intervir simultaneamente em diversos níveis" (Bensaid, 2009, p.262) é uma forma de evitar os localismos sem saída, os impotentes ressurgimentos nacional estatais e os internacionalismos abstratos e desenraizados.

Estado e (contra)poderes sociais. Construir uma estratégia integral supõe sintetizar de forma adequada a relação entre o político e o social, com uma "politização do social e uma socialização do político" (tomo a fórmula de uma intervenção oral de Miguel Romero em umas jornadas de debate em Barcelona em 2002). Não é toda politização do social nem qualquer socialização do político que serve, mas sim as que buscam romper a exploração e a opressão e tecer alianças entre os subalternos de toda condição com base em uma cultura de luta e de conflito antagonista.

O político e o social funcionam com lógicas específicas. Entre ambos existe falta de sincronização e desajustes, e um caminho cheio de buracos, curvas e bifurcações, que marca uma relação caótica e tormentosa, e de desenlaces explosivos. Como tanto insistiu Bensaid (2009 e 2010) o político não é um mero reflexo mecânico do social, mas possui seus próprios códigos, ritmos e linguagem. Isso não significa, entretanto, postular uma relação contingente entre o político e o social, no qual o primeiro é construído de forma quase independente do segundo, na esteira das posições do secretário político do Podemos, Iñigo Errejón. Um determinado processo social abre múltiplas e contrapostas possibilidades políticas, cuja materialização não está garantida de antemão. Aí entra o trabalho da estratégia. Mas esta não opera em um âmbito político isolado, sim em um terreno político que interage com o social e em um terreno social que interage com o político.

A articulação estratégica entre o político o social necessita uma boa compreensão da natureza do Estado para poder definir uma relação com este, em particular em seu sentido restrito de emaranhado institucional, que evite o grande problema dos partidos políticos (e outras organizações como os sindicatos) no século passado e no presente: a sua integração institucional, assumindo o Estado como a plataforma fundamental através da qual se transforma o mundo. A ficção oposta, de uma exterioridade pura a respeito do mesmo, seja em sua versão anarquista ou autônoma, simplesmente inverte o problema do Estado sem

resolvê-lo. Nem um extremo nem outro, "a política dos oprimidos", recorda Bensaid, "deve manter-se a uma distância prudente do Estado. Mas essa distância segue sendo uma relação, não uma exterioridade ou uma indiferença absolutas" (2009, p.345).

Construir uma sólida rede de poderes alternativos, como um sistema de fortificações próprias que certificam a conquista provisória de posições em terreno hostil, é fundamental para apoiar-se em todo assalto eleitoral ao poder político e para implementar uma política de transformação uma vez que se alcança alguma responsabilidade de governo (local, regional ou nacional-estatal), onde o grande desafio é não ficar preso nas velhas engrenagens do Estado. "A classe trabalhadora não pode limitar-se simplesmente a tomar posse da máquina do Estado tal como está e a servir-se dela para seus próprios fins", afirmava Marx (1871) em seu balanço da Comuna de Paris.

Radicalidade e realidade. Um programa e uma estratégia revolucionários e emancipadores partem da exigência de radicalidade e do desafio de alcançá-la. Inspirando-nos em Marx podemos entender "radicalidade" em um duplo sentido complementar. O primeiro é sua conhecida afirmação de que "ser radical é tomar as coisas a partir da raiz" (Marx, 2014[1844], p.60) e, portanto, ir para além da superfície. O segundo é o de "crítica implacável de tudo o que existe", empregando a fórmula que utiliza numa carta a Arnold Ruge, na qual defende como tarefa do momento "a crítica implacável de tudo o que existe, implacável tanto no sentido de não temer os resultados aos que conduza como no de não temer o conflito com aqueles que detenham o poder" (Marx, 1843).

Isso contrasta com a observação do secretário geral do Podemos de que a radicalidade na política se mede pela radicalidade dos resultados, não dos princípios (Iglesias, 2014, p.29). Ainda que contenha parte de verdade, ao opor a radicalidade dos princípios à dos resultados esquece que sem os primeiros ("a crítica implacável de tudo o que existe"), o mais provável é que os segundos sejam modestos. Sem radicalidade de princípios não haverá radicalidade de resultados. "Sempre se deve tentar ser tão radical como a própria realidade", aconselhou Lenin ao jovem poeta pacifista romano Valeriu Marcu (Marcu, 1943) em uma conversa durante a guerra mundial. É aí que os resultados podem estar à altura das próprias exigências da realidade.

Transição e horizonte regulador. Todo partido emancipatório necessita de um "horizonte regulador". Tê-lo é estratégico e qualquer estratégia o necessita. "Horizonte estratégico regulador", assim sintetiza a equação Bensaid (1997, p.291). Este, se se conjuga na chave da transformação social radical, repousa sobre dois pilares: a noção de revolução ou ruptura e a ideia-força de outro modelo de sociedade. Quer dizer, o como e o quê, respectivamente. Um horizonte regulador que só se apoie em um deles, seja porque não tenha o outro ou porque ele esteja mal definido, manca politicamente. Equivocar-se no caminho e/ou na meta equivale a se perder em algum momento do trajeto.

Esse duplo horizonte regulador está hoje evaporado de todo o imaginário político-estratégico dos partidos da "mudança". Com ele desaparece a própria noção de transição. Não há perspectiva transicional nem no sentido de uma definição programática que busque, no caminho até o poder, conectar as reivindicações cotidianas com o olhar para outra sociedade, nem no sentido de, depois da conquista do mesmo, empreender um processo íngreme de transformação social com destino a outro modelo. A "mudança" permanece então imprecisa em seus objetivos e difusa em seu itinerário.

Diante disso, duas tarefas se impõem. Primeiro, desenvolver um programa adequado de à radicalidade da realidade. Não enfrentar os nós górdios que implica transformar o mundo, como se não existissem, não elimina o problema. Não é o programa que faz a realidade, e sim a realidade que faz o programa. Segundo, reabilitar a própria ideia de "alternativa", de que "outro mundo é possível". Neste ponto o trabalho é em múltiplos níveis: programático, cultural, mobilizador e de prática. Imaginar as coisas de outra maneira, contribuir com pequenas experiências para que sejam assim, e conseguir vitórias que aumentem as expectativas, são formas de fazer crível que o mundo pode efetivamente ser diferente. A utopia tem um legado ambíguo, constata Jameson (2009, p.8), que afirma que em um contexto de crise da perspectiva socialista e comunista e do horizonte revolucionário, "não temos alternativa à utopia". O desafio consiste, agregaríamos, em sintetizar a imaginação utópica e a estratégica, em estrategizar a utopia para, partindo de suas possibilidades, transcender seus limites.

Democracia e militância. Condição necessária, mas não suficiente, a democracia interna é imprescindível para chegar ao destino e não ver o horizonte da emancipação sabotado pelo *gremlin* burocrático cujo crescimento está diretamente ligado ao enfraquecimento da mobilização social e à institucionalização de qualquer partido. Implica a formação de um estrato ("casta"?) interno com interesses parcialmente diferenciados do aparato. "O problema da burocracia no movimento operário se coloca, sob sua fórmula mais imediata, como o problema do apare-

lho das organizações operárias", recordava Mandel (1969) em seu momento. Presente em qualquer estágio da luta, a sombra sinistra da burocracia se amplifica ao aceder às responsabilidades governamentais que disparam o que Rakovski (1928), comentando a degeneração do partido comunista na URSS, chamou "os perigos profissionais do poder". A estes, é preciso contrapor uma *estratégia antiburocrática antecipatória*.

A democracia inter-organizativa e o exorcismo da burocracia precisam não só de uma cultura de participação e de controle de direção e cargos, mas também de uma luta sem cessar contra a divisão social e sexual do trabalho e contra todo tipo de desigualdade presente na sociedade que penetra inevitavelmente dentro de toda organização. O velho mundo se incrusta sempre em todos os gérmens do novo, sejam instrumentos de luta ou experiências de mudança. Ao mesmo tempo, a democracia pressupõe manejar a contradição irremediável entre as exigências da temporalidade externa, cheia de urgências, e a interna, marcada pelos ritmos lentos da deliberação e da discussão. O tempo partido e sincopado da política entra em tensão com o da democracia e com a engrenagem organizativa. A militância da democracia é a outra face da democracia da militância.

TRANSFORMAR O MUNDO É UMA TAREFA MILITANTE. REIVINDICAR A MILITÂNCIA É IMPRESCINDÍVEL DIANTE DE TODA A TENTAÇÃO DE CONVERTER O COMPROMISSO POLÍTICO EM UM ATIVISMO NARCISISTA OU, PIOR AINDA, EM UM ASSUNTO DE CARREIRISMO PROFISSIONAL À LA PODEMOS.

A democracia implica centralização ou descentralização político-organizativa? Um excesso da primeira traz consigo vários problemas: concentra o poder em poucas mãos, induz a erros ou simplesmente ao "sacrifício" de interesses locais ou regionais em benefício de necessidades gerais, e asfixia o potencial dos quadros locais e regionais, cujo destino depende da direção central poderosa. Por sua vez, descentralização demasiada gera percalços opostos: dilui o próprio sentido do partido e debilita sua capacidade de intervenção em momentos decisivos, propicia dinâmicas centrífugas e facilita, como recorda Martin (2016), a criação de pequenos reinados e microcaudilhismos autoritários, disfarçados de uma retórica basista-assembleísta. Nem um extremo nem outro, a fórmula algébrica avançada por Daniel Bensaid (1998, p.281), de "tanta descentralização como seja possível, tanta centralização quanto seja necessário", parece uma boa forma de orientar-se dialeticamente neste terreno.

Militância e vida. Transformar o mundo é uma tarefa militante. Reivindicar a militância é imprescindível diante de toda a tentação de converter o compromisso político em um ativismo narcisista ou, pior ainda, em um assunto de carreirismo profissional à la Podemos. Oposto a um partido eleitoral profissional de filiação passiva, em sua versão tradicional social-democrata ou populista eletrônica-plebiscitária, todo partido emancipatório deve ser uma organização militante. Mas com uma concepção de militância despojada de qualquer fetichismo de conotações quase militares ou de devoção religiosa. A imaginação estratégica militante-vital supõe gerir a irresolúvel tensão entre os imperativos da vida política, sua dinâmica absorvente e suas responsabilidades infinitas, e as outras esferas vitais, para evitar tanto a discriminação fundada em razões de gênero, idade e profissão, daqueles que dispõe de menos tempo para a política, como um certo isolamento ativista com relação à própria sociedade.

A política militante não é para heróis, "sim para gente comum, rebeldes ao nível da rua", pois "uma revolução só pode triunfar se as pessoas comuns a entendem e a fazem", recordava Miguel Romero (2010, p.87). O que implica que a militância e a política devem estar em permanente relação com outras facetas da existência e da vida que também forma parte do combate político mas têm sua própria lógica e dinâmica, e ainda mais em um período de fragilização dos itinerários biográficos e individualização social. "A política revolucionária", então, "tem que ser uma paixão, mas não deve ser a única" (2010, p.87). A paixão pela política é também paixão pela vida. A vida da militância é a militância da vida. "Transformar o mundo, disse Marx; mudar a vida, disse Rimbaud: essas duas consignas para nós são uma só", proclamou André Breton em seu discurso no Congresso de Escritores pela Liberdade e a Cultura, em junho de 1935 (1973, p.126). Fusão de perspectivas político-vitais, então.

A lei da vida. "O dever de um revolucionário é

sempre a luta, a luta até a extinção", escreveu em seu *Instrução para uma tomada das Armas* (1866) o infatigável August Blanqui, símbolo do movimento operário do século XIX e "cuja voz de bronze estremeceu o século XIX", como recordou Benjamin (2003[1940], p.126) em suas *Teses*. A luta, então. Mas pensada estrategicamente e concebida a partir de uma visão global da existência e em íntima relação com ela. Se não, o risco é que acabe sendo fruto de um compromisso militante tão louvável quanto estéril, tão épico quanto insustentável, e tão valente quanto pobre em suas facetas.

Lutar e fazê-lo em todos os terrenos. Aí repousa a possibilidade de articular uma estratégia integral a partir da imaginação estratégica. "A luta" é precisamente ao que aludiu Marx naquela que é sua última entrevista conhecida, realizada em setembro de 1880 pelo jornalista do *New York Sun* John Swinton. Swinton explica que durante a conversa fez uma pergunta relativa à lei suprema da existência, ao que Marx respondeu solenemente: "a luta". Swinton acrescenta que "ao princípio pensei ter ouvido o eco do desespero; mas, afinal, era a lei da vida".

(Tradução de Rodrigo Santaella)

*Ativista, professor de sociologia na Universidade Autónoma de Barcelona, membro da direção editorial da revista *Viento Sur*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Benjamin, W. (2003 [1940]) "Sobre el concepto de historia". In Löwy, M. *Walter Benjamin: aviso de incendio*. Buenos Aires.

___(2013) *Obra de los pasajes* [Vol.1]. Madrid: Abada.

Bensaïd, D. (1997) *Le pari mélancolique*. Paris: Fayard.

___(1998) *Lionel, qu'as-tu fait de notre victorie?* Paris: Albin Michel, 1998.

___(2004) *Une lente impatience*. Paris: Stock 200.

___(2008) *Penser Agir*. Paris: Lignes.

___(2009) *Elogio de la política profana*. Barcelona: Península.

___(2010) *Cambiar el mundo*. Madrid: Público.

Blanqui, A. (1866) *Instructions pour une prise d'armes*. Disponível em http://bit.ly/2mHloem

Gramsci, A. (2009). *La política y el Estado Moderno*. Madrid: Público.

Harvey, D. (1989). *The Urban Experience*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

___(1996) *Justice, Nature, and the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell.

___(2003) *Espacios de esperanza*. Madrid: Akal.

Iglesias, P. (2014) *Disputar la democracia*. Madrid: Akal.

Jameson, F. (2009) *Arqueologías dele futuro*. Madrid: Akal.

Kitschelt, H. (2006) "Movement Parties". In Katz, R.S. e Cotty, W.J. *Handbook of Party Politics*. Londres: Sage.

Lenin (1920) "Tareas de las Juventudes Comunistas". Discurso na I Sessão do III Congresso de Juventudes Comunistas da Rússia, Moscou, 2 de outubro de 1920. Disponível em: http://bit.ly/2nCSLlV

Mandel, E. (1969) *Sobre la burocracia*. Disponível em http://bit.ly/2n63CTK

Marcu, V. (1943) "Lenin in Zurich. A memoir". *Foreign Affairs,* April issue.

Martin, F. (2016) "Hacia una reivindicación libertaria de la forma partido: para una autocrítica de las formas organizativas en la nueva izquierda". Disponível em http://bit.ly/2n08fxb

Marx, K. (1843). "Carta a Arnold Ruge". Disponível em http://bit.ly/2n69Inm

___(1871) *La guerra civil en Francia*. Disponível em http://bit.ly/1j0tCLm

Rakovski, C. (1928) "Los peligros profesionales del poder". Disponível em http://bit.ly/2nJAfoT

Romero, M. (2010) "Política de Daniel Bensaid. *Viento Sur,* 110: pp.83-90.

Swinton, J. (1880). "Karl Marx". *The Sun,* 6/09/1880. Disponível em http://bit.ly/2mHsTR2

Thomas, P. (2010) *The Gramscian Moment*. Chicago: Haymarket.

Trotsky, L. (1934) "Francia es ahora la clave de la situación". Disponível em http://bit.ly/2n04MyI

Wright Milss, C. (1999[1959]). *La imaginación sociológica*. Madrid: FCE.

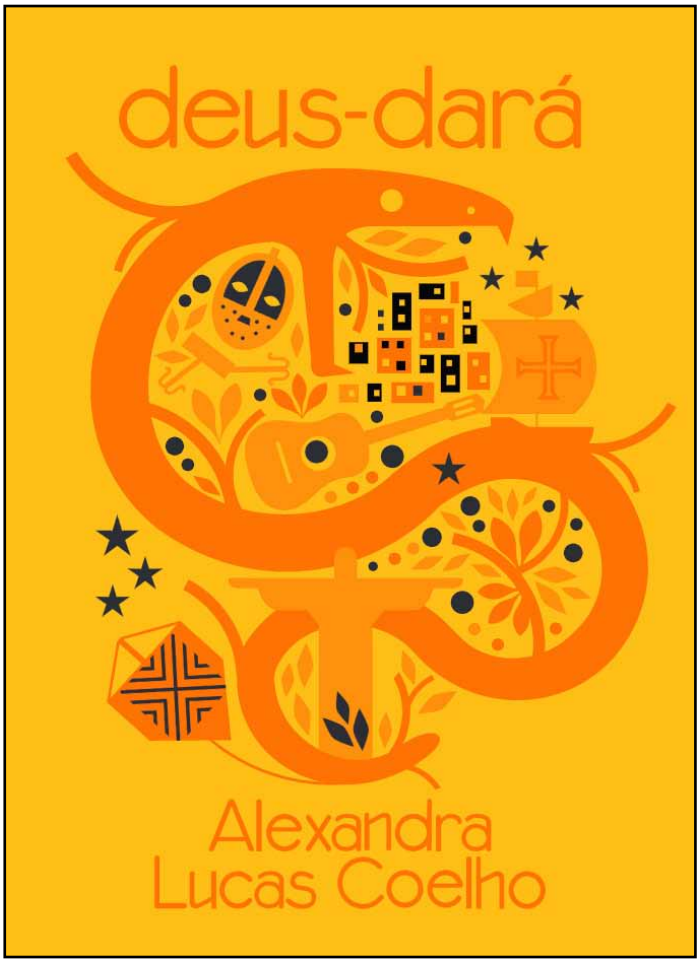
Deus-dará, de Alexandra Lucas Coelho

ANA BÁRBARA PEDROSA*

Deus-dará é um livro que não encontra par na produção literária portuguesa. Publicado em Novembro de 2016, é o terceiro romance de Alexandra Lucas Coelho e não só é o seu projecto literário mais bravo, audacioso e surpreendente, como é também um marco no pensamento pós-colonial através da literatura.

O livro divide-se em sete capítulos, que se referem a sete dias na vida de sete personagens: Inês, portuguesa, a ressacar de um amor por uma libanesa, investiga a presença árabe na cidade do Rio de Janeiro; Tristão, português, pergunta-se sobre a pertinência da sua tese de doutoramento em antropologia; Zaca, brasileiro, escritor, adia permanentemente a conclusão do seu romance; Judite, irmã de Zaca, advogada, livra corruptos de impostos; Gabriel, com uma pala no olho devido aos estilhaços de uma bala perdida, é sociólogo; Noé, antropóloga, negra, activista, quer doutorar-se e ser mãe; Lucas, índio, emudereca de repente graças à morte violenta da mãe. O Rio de Janeiro, cidade pré-apocalíptica (ou em permanente apocalipse?), é não apenas o cenário, mas até uma parte central da narrativa, já que aparece enquanto ser palpitante e vivo, com tudo o que nos é apresentado: as relações coloniais que sobrevivem até hoje, as praças, os declives, a natureza, as construções desenfreadas, a herança portuguesa, casa-grande & senzala, o pré-apocalipse de uma cidade violenta que não pára. E, com isto, a história a renascer no indivíduo, os inúmeros toques que compõem um retrato panorâmico não só do Rio, mas da história entre Portugal e o Brasil: o corcovado, pois claro, e o Cosme Velho e o Machado de Assis e o Maracanã, mas também Dirk van Hogendorp, Rafael Bordalo Pinheiro e Ganda, o rinoceronte que Dom Manuel I quis enviar ao Papa.

Claro que um livro destes não se faz à distância. Não é possível escrevê-lo sem se ter metido um pé no Rio de Janeiro. A autora escreveu-o graças aos dois pés na cidade durante cerca de quatro anos, graças a um estudo bibliográfico intenso e graças à sua capacidade rara de juntar o microscópico ao global, ou de mostrar



Deus-dará, de Alexandra Lucas Coelho. Ed. Tinta da China, 2016

o global através do microscópico. Essa experiência no Brasil vê-se ainda na forma como casa, por todo o romance, o português europeu com o brasileiro, ainda que essa linguagem transatlântica, no meio de tanta coisa – intensa, social, política, literária –, quase se torne de somenos. *Deus-dará* é um livro acutilante e excitante, um murro no estômago de quem conhece o Brasil, dois no de quem não faz ideia. É que – como dizer? custa fazer paráfrases ao que abarca tanto – não é só a língua da autora, que tanto perde a gravata de Lisboa como a usa, que tanto usa o português dilatado pelo calor, açucarado, como usa o europeu.

É um bocado mais: é uma investigação séria e completa, quase enciclopédica, que se junta num romance para uma visão panorâmica e micro ao mesmo tempo, mostrando-nos o que aconteceu fora de portas à história portuguesa desde Vasco da Gama. É lê-lo e ver-se despir-se a identidade nacional à nossa frente, é lê-lo e ver-se despirem-se os discursos colonialistas e imperiais, é lê-lo para que se restitua a dignidade de quem a perdeu por um sonho além-fronteiras que vinha do outro lado do Atlântico.

O primeiro encontro aconteceu há séculos. Diante dos brancos, em Itaquena, "aqueles homens brilhavam. A pele deles não tinha pêlos (...), todos inteiros ao Sol." (p. 547). O primeiro português via um grupo de índios, diferentes, depilados: "Teriam alma?", perguntava-se. E, enquanto o fazia, os índios perguntavam-se se os brancos teriam corpos. Sabiam que tudo tinha alma, mas, sob aquela roupa toda, sob aqueles volumes, que corpos teriam eles? Se comessem a sua carne, ganhariam poderes? Que derivaria desse primeiro encontro na praia de Itaquena? O que não se esperava, nesse dia de 23 de Abril de 1500, em que "tudo ainda era espanto, de um lado e de outro", em que tudo era "utopia" (p. 548). Da utopia inicial, sobraria uma história mal contada por Portugal, que mascarou de descobrimentos, de heroísmo, o que foi pilhagem e catástrofe:

> "A pergunta que o primeiro branco não supunha que o índio fazia: quem era eu? A pergunta que o primeiro branco não fazia a si mesmo: o que trazia eu? E o que veio a ser a resposta para ambas: eu era uma catástrofe. A maior catástrofe que um punhado de homens alguma vez trouxe a milhões de homens." (p. 548)

Os dois mundos em choque teriam, a partir dali, as suas histórias entrelaçadas, condenadas uma à outra, e a formulação literária mostra-nos a relação de alteridade que provocaria o desenlace: os brancos recusar-se-iam a aceitar a influência do outro, porque queriam mudá-lo, impor-se a ele. Este mundo antropofágico e esta herança colonial estão presentes ao longo de todo o romance, o apocalipse iminente está presente desde o início, até no título. E é por isso que nas personagens de Alexandra Lucas Coelho vivem mundos, estratos de fenómenos sociais, heranças, memórias, culturas, a cultura da própria autora, incorporando o social como elemento interno da narrativa. É que a literatura tem este papel – fazer a análise do mundo sem ignorar o ruído, incorporar o ruído nos grandes fenómenos políticos, sociais. A autora fá-lo e ainda deixa perguntas, ainda impulsiona um debate. Num país que quis afirmar uma grandeza, cobrindo com a ideia romântica, brava, ingénua dos descobrimentos o que foi roubo, pilhagem, dizimar de povos, violações, pura crueldade baseada na superioridade racial e civilizacional, é emocionante que haja na criação literária quem dedique tantas horas, tanto esforço e tanto amor a questionar a história tal como nos é apresentada em Portugal. Afinal, quem foram os heróis do mar, e com que intuito? E de que forma se refere hoje Portugal a esse *heroísmo*? O que é, em Portugal, este dizimar de povos? O que chama Portugal à *corda de mortos* (p. 409) que une os dois lados do Atlântico? A autora responde a isto em *Deus-dará*, mostra-nos em que se foca Portugal, de que forma molda cidadãos através do ensino, o que evoca e o que tenta apagar da sua história:

NAS PERSONAGENS DE ALEXANDRA LUCAS COELHO VIVEM MUNDOS, ESTRATOS DE FENÓMENOS SOCIAIS, HERANÇAS, MEMÓRIAS, CULTURAS, A CULTURA DA PRÓPRIA AUTORA, INCORPORANDO O SOCIAL COMO ELEMENTO INTERNO DA NARRATIVA. É QUE A LITERATURA TEM ESTE PAPEL - FAZER A ANÁLISE DO MUNDO SEM IGNORAR O RUÍDO, INCORPORAR O RUÍDO NOS GRANDES FENÓMENOS POLÍTICOS, SOCIAIS.

> "(...) dos manuais escolares ao discurso público, a tónica portuguesa, hoje, é celebrar *Os Descobrimentos* como se não tivesse acontecido o extermínio de pelo menos um milhão de ameríndios e o tráfico de quase seis milhões de africanos. Lisboa oferece evocações grandiosas dos séculos XV-XVI em monumentos, memoriais ou museus, sem que a antiga sede do império reflicta o que aconteceu a milhões de pessoas."

Esta penúltima forma verbal tem um peso particular, pela sua ambiguidade semântica, e este *Deus-dará* advoga as duas teses: Portugal não reflecte sobre o lado escuro da história que tenta apregoar como uni-

camente heróica e Portugal não reflecte, no seu património cultural, o extermínio, o tráfico, a pilhagem. É bem verdade que, dos conteúdos programáticos das escolas ao discurso político da direita, se defende e se enaltece uma grandeza que não deriva de mais do que uma consciente amputação de um lado relevante da história. O resultado, claro, é uma versão maquilhada dos acontecimentos entre os dois países:

> "Tudo isso faz da *Expansão* uma trincheira infantil de bandeirinhas e heróis, que empunha os feitos dispensando as consequências. O sangue não foi a sério, os mortos eram bonecos e não tiveram filhos. A pesar dos estudos de terceiros, da multiplicação de investigadores no Brasil e de várias gerações de académicos e artistas em Portugal terem reunido já vasta matéria para pensamento, a mortandade ameríndia e a escravatura africana tendem a ser desvalorizadas, a começar pelos líderes políticos. Quarenta anos de democracia não parecem ter sido suficientes para iniciar uma reflexão alargada pós-colonial, com tudo o que isso implicaria de enfrentamento dos demónios, e transformação." (p. 466)

ALEXANDRA LUCAS COELHO CRIA UMA LITERATURA EM TRIPLO MOVIMENTO: UMA QUE É PRODUÇÃO, RECEPÇÃO E COMUNICAÇÃO. ISTO SIGNIFICA QUE A AUTORA A CONSIDERA A PARTIR DE UMA RELAÇÃO DINÂMICA E DIALÓGICA ENTRE AUTORA, OBRA E LEITOR, ROMPENDO COM O EXCLUSIVISMO DA TEORIA DE PRODUÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO DA ESTÉTICA TRADICIONAL E PARTINDO DO PRINCÍPIO DE QUE O TEXTO LITERÁRIO SE FAZ A PARTIR DE UMA CERTA RELAÇÃO COM O SEU PÚBLICO POTENCIAL

O colonialismo vive em nós por viver na nossa memória histórica, e o término da ditadura, com os sonhos megalómanos da construção de um império português, não serviu para dizimá-lo. O passado foi mal resolvido e prova disso é que o que num país é colonização noutro seja um descobrimento, uma história de iniciativa e de coragem, ocultando-se os roubos, os extermínios, a pilhagem. Mas, se basta estar uns dias no Brasil para entendê-lo, para ver a herança colonial em todo o lado (muito para lá de termos todos agora a mesma língua), que dizer de quem quis ir além, estudar o fenómeno a fundo, senti-lo, vivê-lo como só os grandes escritores o fazem, mostrar que nada foi enterrado, que o Rio de Janeiro é ainda um livro aberto, que as coisas ainda acontecem, que o apocalipse, afinal, é a vida de todos os dias? Do Vasco da Gama ao Marcelo Freixo, mostra-se um Rio em rebuliço, excitante, apaixonante e trágico, desesperado, angustiante, alegre, rápido, vertiginoso, escandaloso.

Alexandra Lucas Coelho conseguiu, e em menos de quatro anos, entrelaçar, abraçar tudo isto, e de forma fluída: não há elementos a mais, metidos a pontapé, não há ervas daninhas, não há propósitos que possam parecer escusados aos leitores. O efeito da narrativa, que segue escorreita, graças à sua habilidade narrativa palpitante, é uma unidade orgânica. Por isso, *Deus-dará*, um dos livros mais heterogéneos da literatura portuguesa coetânea e certamente aquele que mergulha com mais vísceras na questão do pós-colonial, será não apenas uma obra rara para os amantes da literatura, mas também uma pedra preciosa para historiadores e antropológos.

O romance ultrapassa, assim, o concatenamento de elementos literários, incorpora o elemento *social* enquanto elemento interno da construção *literária*. Esse elemento, mais do que possibilitar a realização do valor estético, é determinante desse valor, não somente conduzindo a narrativa mas actuando na constituição do essencial da obra enquanto obra de arte. Será, por isso, aquilo a que Umberto Eco chamaria *obra em movimento*, já que inclui a possibilidade de uma multiplicidade de intervenções pessoais: a autora oferece uma obra *a acabar* e, ao terminar o diálogo interpretativo, por ter sido a *sua* obra aquela que foi objecto de análise, será a *sua* forma aquela que é atingida, ainda que organizada por outra. A obra, ainda que *fechada* na sua perfeição de organismo calibrado, será *aberta,* já que é passível de múltiplas interpretações, não redundando isto na alteração da sua singularidade irreproduzível. Ou seja, *Deus-dará* é o reflexo de um olhar para o mundo, de uma análise sobre ele, de uma proposta de reestudo da história, de pensamento sobre as histórias das nações. A energia e

a vontade nele postos derivam de uma fórmula criada durante a sua escrita que não poderá ser reinventada. A sua extensão panorâmica fazem dele caso singular na literatura, obra social, obra política, literatura no seu ponto mais alto.

Ao ultrapassar o concatenamento de elementos literários, Alexandra Lucas Coelho cria uma literatura em triplo movimento: uma que é produção, recepção e comunicação. Isto significa que a autora a considera a partir de uma relação dinâmica e dialógica entre autora, obra e leitor, rompendo com o exclusivismo da teoria de produção e da representação da estética tradicional e partindo do princípio de que o texto literário se faz a partir de uma certa relação com o seu público potencial, ou seja, a proposta de formulação estética que leva a público inclui já a imagem dos seus receptores. E, chegados aqui, convém-nos pensar em qual será o papel dos leitores desta obra. A autora cumpriu o seu papel ao iniciar esta relação dialógica, e fê-lo através de um trabalho completo a vários níveis (literário, antropológico, historiográfico, político), ficando o texto à espera de ser actualizado por via das leituras. Aliás, o início do processo dialógico é precisamente esse: o texto é feito para que alguém o actualize, postula a cooperação do leitor como condição dessa actualização. O leitor não é um elemento passivo e a sua intervenção, que é a leitura, faz parte da constituição da obra, que só vive através da sua participação activa através da crítica e da reflexão. A recepção nunca é apenas individual, é sempre também social e histórica – as reacções do indivíduo pertencem às reacções do seu tempo, o indivíduo interpreta historicamente.

O não dito, ou seja, o que não está manifesto no plano da expressão, faz com que o leitor precise de movimentos cooperativos, activos, conscientes, perceba que está perante um processo de comunicação, não de recepção passiva. A autora deixa espaços em branco por várias razões, cabe a quem lê a sua obra preenchê-los, já que a obra viverá na multiplicidade de interpretações, nos mútiplos sentidos que poderão ser atribuídos.

O literário é dissecável, ou seja, a sua interpretação é imanente e a iniciativa de interpretar pertence aos leitores. Claro, a sua competência interpretativa não tem de coincidir com a dos autores, mas Lucas Coelho encaminha a narrativa com uma mestria rara, levando-a para um debate que lhe interessa por motivos extra-literários, extra-estéticos. Ou seja, através da sua estratégia narrativa, sem torná-lo evidente, prevê as competências interpretativas e joga com elas. Partilhando códigos, que tanto são linguísticos como políticos ou sociais, conduz o texto de forma a que este tenha um tipo de leitores. E o tipo de leitores de *Deusdará* é aquele que estiver descomprometido com a versão oficial da história portuguesa, que a maquilha e engrandece, é aquele que recusa viver numa relação de alteridade por se enquadrar confortavemente naquilo a que Benedict Anderson chamou *comunidade imaginada*, é aquele que não quererá perpetuar a verdade histórica escrita pela mão mais forte:

> "Todos os impérios são uma história da violência, caberá a cada um atravessar a sua para ser mudado. Quando isso não acontece, o filho do que foi morto falará e o filho do que matou não conseguirá entendê-lo, porque o lugar do outro está por experimentar, nunca houve transformação. Quem teme deixar de ser quem é não vai saber quem foi nem quem vai ser. De olhos e ouvidos fechados aos espíritos continuará a cobrir-se com as mesmas palavras."

*Ativista, doutoranda em Ciências Humanas.

+info: redeanticapitalista.net